

23° SIMULADO

TJ RJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

23º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-06-09-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**Carlos Roberto**

01. Na questão, assinale a alternativa correta quanto à ortografia.

- a) Os que pretendem fazer dos fascinadores menores morais, incapazes de se decidir entre o bem e o mau, não se atrevem a pedir que lhes sejam caçado o direito de voto.
- b) O Ministério Público consagrou os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, tudo como estratégia para o desenvolvimento de uma atuação livre de injunções externas.
- c) O Direito Penal assume nova feição, devendo apontar suas baterias para os delitos que colocam em cheque os objetivos do Estado Social.
- d) No novo Código são privilegiadas as anotações sobre as novidades trazidas pelo sistema e os aspectos da jurisprudência nacional que remanecem do interesse para o novo sistema jurídico.
- e) A credibilidade do Ministério Público é alta e substituí-lo é enfraquecer a cidadania, a justiça e o povo brasileiro, cuja defesa é a própria razão de sua existência.

02. Para responder à questão, leia o texto.

De acordo com o relatório de 2019 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 17% dos habitantes dos países em desenvolvimento sofrem de _____ nutrição. Os números são preocupantes _____ a baixa no número da população atingida, cerca de 3% entre 2017 e 2018, foi anulada pelo aumento natural da população. A redução da média de vítimas de fome para 2020 ainda é um objetivo ilusório. No Brasil, os famintos somam 5,2 milhões.

(Revista Galileu)

Os espaços do texto devem ser preenchidos, respectivamente, com

- a) má ... por quê
- b) mal ... por que
- c) mau ... porquê
- d) má ... porque
- e) mal ... porquê

03. Para responder à questão, leia o texto.

O casamento infeliz da corrupção com cumplicidade e a resultante crise de autoridade na vida pública (com reflexos em toda sociedade, inclusive na família) trazem à tona a questão da moralidade. (Não estou usando, de propósito, a palavra ética: a pobre anda humilhada demais.) Não se confunda moralidade com moralismo, que é filho da hipocrisia. Moralidade faz parte da decência humana fundamental. Dispensa teorias, mas é a base de qualquer convívio e ordem social. Embora não necessariamente escrita, está contida também nas leis tão mal cumpridas do país. Todos a conhecem em seus traços mais largos, alguns a praticam.

Moralidade é compostura. É exercer autoridade externa fundamentada em autoridade moral. É fiscalizar rigorosamente o cumprimento das leis sem ser policesco. É respeitar as regras sem ser uma alma subalterna. Moralidade pode ser difícil num país onde o desregramento impera. Exige grande coragem dizer não quando a tentação (de roubar, de enganar, ou de compactuar com tudo isso) nos assedia de todos os lados, também de cima. Num governo, é o oposto de assistencialismo, que dá alguns trocados aos despossuídos, em lugar de emprego e educação, que lhes devolveriam a dignidade. É lutar pelo bem comum, perseguindo e escancarando a verdade mesmo que contrarie grandes e vários interesses.

(Revista Veja)

Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está corretamente grafado e flexionado.

- a) A crise de autoridade advêm do casamento infeliz da corrupção com cumplicidade.
- b) Muita gente interveio tentando lutar pelo bem comum social.
- c) Se uma pessoa pôr sua coragem em prática, dirá não quando a tentação assediar.
- d) Se uma pessoa quizer manter sua decência, deverá praticá-la.
- e) As leis mal cumpridas do país contém em si a tão necessária moralidade.

04. A mídia é sempre aquela. Mas será ela a guardiã da ética, o anjo protetor do decoro, a sentinela do Estado de Direito?

Considerando I – guardiães, II – guardiões e III – guardiões, é correto afirmar que o plural masculino do termo guardiã está devidamente expresso apenas em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

05. Leia o trecho a seguir, para responder à questão.

O retrato, às oito e meia da noite daquela segunda-feira fatídica, era desolador. São Paulo, quarta maior metrópole do mundo, 20 milhões de moradores, estava vazia. Traumatizada. Acuada sob um toque de recolher informal.

(Isto é Online)

Observe os dois trechos a seguir para responder à questão.

I. O retrato, às oito e meia da noite daquela segunda-feira fatídica, era desolador.

II. São Paulo, quarta maior metrópole do mundo, 20 milhões de moradores, estava vazia.

Empregam-se vírgulas em I e II, respectivamente, para intercalar

- a) aposto e aposto.
- b) adjunto adverbial e aposto.
- c) adjunto adverbial e vocativo.
- d) adjunto adverbial e adjunto adverbial.
- e) aposto e adjunto adverbial.

Leia o texto a seguir, para responder às questões 6 e 7.

Se você é uma daquelas pessoas que acredita que o mundo caminha rapidamente para o abismo, o livro *Factfulness*, de Hans Rosling e família, pode ser um bom remédio. O tom é de autoajuda. O próprio autor usa a expressão “dados como terapia”. Mas isso em nada diminui o valor da obra, cujo propósito é mostrar que o planeta é um lugar bem melhor do que a maioria das pessoas pensa.

(Folha de S.Paulo. Adaptado)

06. O prefixo que inicia o vocábulo destacado em “O tom é de autoajuda.” também está presente, e com o mesmo sentido, na palavra

- a) autoral.
- b) autorização.
- c) autódromo.
- d) autoatendimento.
- e) autoritário.

07. O pronome relativo cujo no trecho “cujo propósito é mostrar...” introduz uma oração

- a) subordinada adjetiva restritiva.
- b) subordinada adjetiva explicativa.
- c) coordenada sindética explicativa.
- d) coordenada sindética aditiva.
- e) subordinada substantiva subjetiva.

Leia o texto a seguir para responder às questões 8, 9 e 10.

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Dalton Trevisan)

08. Sobre o texto de Dalton Trevisan, não é motivo para o apelo feito pelo homem o seguinte trecho:

- a) "Meu jeito de querer bem".
- b) "Não tenho botão na camisa".
- c) "Calço a meia furada".
- d) "Que fim levou o saca-rolha?".
- e) "a pilha de jornais ali no chão"

09. Dizer que conversar com os outros era como "bocas raivosas mastigando", significa que:

- a) estavam se alimentando enquanto comiam.
- b) eles estavam absolutamente nervosos.
- c) o movimento de falar parece com o movimento de comer raivosamente.
- d) conversar com os outros perdeu o sentido.
- e) o narrador não entendia o que os outros diziam.

10. Ainda sobre o trecho "bocas raivosas mastigando" há uma oração reduzida de gerúndio que, se desenvolvida, ficaria assim:

- a) bocas raivosas que permaneciam mastigando.
- b) bocas raivosas que mastigavam.
- c) bocas raivosas que mastigaram.
- d) bocas raivosas se mastigavam.
- e) bocas raivosas que pensavam mastigar.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. É incorreto afirmar, em relação à LODERJ:

- a) Fica vedada a extinção ou desinstalação quando se tratar de vara única.
- b) O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro exerce com independência a função jurisdicional e tem as garantias de autonomia administrativa e financeira, observadas a Constituição da República, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e as leis.
- c) Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de

Janeiro serão motivadas e os julgamentos todos públicos.

d) São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Tribunal Pleno; Órgão Especial; Seções Especializadas; Câmaras; Juízos de Direito; Tribunais do Júri; Conselhos da Justiça Militar; Juizados Especiais e suas Turmas Recursais; Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Juizados do Torcedor e Grandes Eventos.

e) O Tribunal de Justiça, mediante Resolução, sempre que necessário para a adequada prestação jurisdicional e sem aumento de despesa, poderá alterar a competência, a estrutura e a denominação dos órgãos judiciários, bem como determinar a redistribuição dos feitos.

12. Analise as assertivas abaixo que versam sobre a divisão territorial, conforme disposto na LODERJ:

I. O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.

II. Cada Comarca compreenderá dois ou mais Municípios, desde que contíguos.

III. As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.

IV. Ato Normativo Conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça disciplinará a utilização de meio eletrônico para os atos de comunicação processual, substituindo, em qualquer hipótese, o emprego de meio impresso. Marque a alternativa correta.

a) I, II e III.

b) I e III.

c) II, III e IV.

d) I e IV.

e) II e III.

13. Assinale a opção incorreta quanto às disposições da Lei estadual n.º 4.620/2005:

a) Os Analistas Judiciários na especialidade de execução de mandados não deixarão de receber a gratificação de locomoção no caso de afastamento até trinta dias, ou em prazo superior nos casos de licença médica e de gestante.

b) Será conferida a denominação funcional de Chefe de Serventia ao servidor que se encontrar na direção de serventias tanto de Juízo como de Juizados Especiais.

c) É vedada a nomeação para os cargos tratadas na citada norma de pessoas que estejam respondendo ou sofrido sanção por ato de improbidade administrativa, ou ainda se enquadrem nas condições de inelegibilidade, segundo os diplomas legais pertinentes.

d) O regulamento poderá estabelecer jornada de trabalho especial de, no mínimo, 30 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

e) Para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária exige-se o nível médio completo ou curso técnico equivalente. Para os cargos de Analista Judiciário, o nível superior completo, à exceção do cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador) em que a exigência é para nível superior completo em Direito.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Daud

14. Cremilda, servidora efetiva do tribunal de justiça do Rio de Janeiro, praticou insubordinação grave em serviço. À luz do disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que a aplicação da respectiva pena prescreve em:

- a) 180 dias.
- a) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) 10 anos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

15. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a correição-geral ordinária

a) é realizada mensalmente pelos chefes de secretaria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Presidência do Tribunal

b) é realizada trimestralmente pelos juízes auxiliares da corregedoria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

c) é realizada semestralmente pelos diretores de fóruns, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelos Juízes Coordenadores dos Núcleos Regionais.

d) é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

e) é realizada bianualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

16. Com base na Consolidação Normativa Judicial, a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade é denominada

- a) Inspeção
- b) Visita Correicional
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Correição Parcial

17. Joselito atua na primeira vara criminal de Belford Roxo e precisava solicitar licença ao Tribunal. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a licença será concedida pelo

- a) presidente do TJ
- b) corregedor do TJ
- c) tribunal pleno
- d) órgão especial
- e) conselho da magistratura

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Maria é viúva, sem filhos, idosa com 70 anos e com deficiência mental que a incapacita para atos da vida civil. Maria vive com sua sobrinha, Joana, que também é sua curadora. A família, acreditando que a idosa vinha sendo negligenciada por Joana, que impedia qualquer familiar de visitar Maria, após uma vizinha relatar que a idosa aparenta estar muito magra e que Joana as vezes fica dias sem aparecer na casa, ficando a idosa sozinha, sem qualquer assistência, buscaram as autoridades policiais. Em investigações policiais, foi constatado, além dos maus tratos, que Joana retirava todo o valor do benefício previdenciário de Maria e transferia para sua conta poupança. Neste caso, Joana cometeu crime, previsto aumento em 1/2 da pena no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- d) A pessoas com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de

pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.

- e) Nos telecentros e as lan houses deverão ser disponibilizados computadores acessíveis no mínimo de 20% (vinte por cento) sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

20. No que se refere aos preceitos contidos na Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A lei de improbidade administrativa tem como foco principal a punição a condutas ilegais praticadas por agentes públicos ou, em determinadas situações, por particulares.
- b) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que enseja enriquecimento ilícito da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.
- d) O agente público que descumpre o dever republicado de prestar contas sujeita-se a responder por ato de improbidade ensejador de prejuízo ao erário, porquanto presume-se a ocorrência de dano.
- e) O cometimento de ato de improbidade administrativa sujeita o infrator a pena de reclusão por até 6 anos, bem como a aplicação de multa, entre outras penalidades legalmente previstas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Julgue os itens a seguir sobre o processo administrativo e assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo pode não ser paralisado caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado.
- b) É proibido formular em um único requerimento diversos pedidos que possuam conteúdos idênticos.
- c) Um dos requisitos indispensáveis para a formalização dos atos do processo é o reconhecimento de firma.
- d) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem ser realizados de modo menos oneroso para a Administração.
- e) O recurso das decisões administrativas adentra tão-somente a esfera da legalidade.

22. Com base na Lei nº 8.666/93, atualizada pelo Decreto 9.412/2018, assinale a afirmativa correta a respeito de contratos administrativos e licitações públicas.

- a) O recebimento definitivo exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da obra ou serviço.
- b) É nulo o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento feitas em regime de adiantamento, de valor não superior a R\$ 8.000,00.
- c) A venda de ações é hipótese de licitação dispensada.
- d) A aprovação do projeto básico, conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, é elemento necessário para a licitação de obras e serviços.
- e) A carta-contrato poderá ser utilizada nas licitações em que a tomada de preço é a modalidade escolhida.

23. Acerca do controle da Administração, julgue os itens a seguir:

I. A representação, mecanismo utilizado no controle administrativo, ocorre quando o administrado deseja manifestar sua oposição a ato que esteja afetando um interesse ou direito próprio.

II. O Poder Legislativo não pode realizar o controle de mérito sobre a função administrativa.

III. A realização do controle hierárquico independe de previsão legal.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que APENAS:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.

- e) a III é verdadeira.

24. Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) As entidades da administração indireta podem ser sujeitos de direitos e obrigações, sendo, portanto, responsáveis por seus atos.
- b) Os bens das autarquias são considerados bens públicos e, portanto, não podem ser adquiridos por meio de usucapião.
- c) A imunidade tributária recíproca é aplicada às fundações de direito público e de direito privado.
- d) O início da personalidade jurídica de uma sociedade de economia mista se dá com a elaboração de seu ato constitutivo.
- e) As autarquias não se submetem ao controle hierárquico realizado pela Administração Direta.

25. Em relação às disposições constitucionais sobre responsabilidade civil do Estado, é correto asseverar que a responsabilidade objetiva não abrange os atos praticados por agentes de:

- a) Autarquias.
- b) Órgãos públicos.
- c) Sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.
- d) Empresas públicas que exploram atividade econômica.
- e) Particulares que prestam serviço público.

26. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa que traz um exemplo de ato ordinatório.

- a) Provimento.
- b) Renúncia.
- c) Apostila.
- d) Deliberação.
- e) Parecer.

27. Em relação às disposições doutrinárias sobre os poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

I. A característica primordial do poder regrado é que a norma legal determina todos os elementos necessários para a expedição do ato.

II. Em algumas situações, a motivação para a aplicação da penalidade é dispensável, visto o caráter discricionário do poder disciplinar.

III. Um dos atributos do poder de polícia consiste na coercibilidade, que trata da faculdade de a Administração executar suas decisões diretamente, sem intervenção do Poder Judiciário.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que apenas:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I é verdadeira.
- d) II é verdadeira.
- e) II e III são verdadeiras.

28. À luz das disposições doutrinárias sobre os agentes públicos, julgue os itens a seguir e aponte a alternativa correta.

- a) O autoritário de determinado serviço público não é considerado um agente público.
- b) Os agentes necessários, uma das categorias do agente de fato, são aqueles que colaboram com o Poder Público atuando em situações excepcionais, como, por exemplo, em uma calamidade pública ou situação emergencial.
- c) Os servidores contratados de forma temporária se submetem ao regime celetista.
- d) Toda função pública é exercida por agente investido em cargo ou emprego público.
- e) Empregados públicos se submetem ao regime celetista e se encontram apenas nas pessoas jurídicas de direito privado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Lindinalvo, promissor advogado que há nove anos exercia a profissão em renomado escritório de advocacia, foi escolhido pelo órgão de representação da classe para integrar a lista sêxtupla de indicações para compor o Tribunal de Justiça do Estado X, tendo em vista gozar de boa reputação no meio em que atua, além de possuir notáveis conhecimentos na área jurídica. Cumpridos todos os demais requisitos previstos na Constituição Estadual, que exigia a escolha, pelo Governador, de um dentre os nomes constantes da lista tríplice formada pelo respectivo tribunal, bem como a aprovação, pela maioria simples da Assembleia Legislativa do estado, da escolha feita pelo Poder Executivo, Lindinalvo foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado X.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, tal nomeação:

- a) É plenamente válida, uma vez que foram respeitados todos os requisitos impostos pela regra do quinto constitucional, descrito no art. 94 na CF/88, bem como as demais normas previstas na Constituição do Estado X.
- b) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência constitucional de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado.
- c) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, bem como de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado X.
- d) É inconstitucional, já que a Constituição Estadual não pode condicionar tal nomeação, pelo Poder Executivo, à aprovação da Assembleia Legislativa do respectivo estado.
- e) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, já que o estado, uma vez respeitadas as disposições da Constituição Federal, é livre para estabelecer requisitos próprios para a escolha e aprovação dos membros do Poder Judiciário estadual, em nome de sua capacidade de auto-organização.

30. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O foro especial por prerrogativa de função, estabelecido na Constituição Federal, prevalece sobre a competência do tribunal do júri. O mesmo não acontece em relação ao Foro Especial exclusivamente definido na Constituição Estadual.
- b) O direito de reunião é um direito coletivo, exercido por uma pluralidade de pessoas.
- c) O direito de propriedade industrial será transmissível aos herdeiros, pelo tempo que a lei fixar.
- d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, mediante fiança.
- e) Jamais haverá pena de morte.

31. Téclito, empregado de empresa pública criada e mantida pelo Estado Y, após tomar conhecimento da composição remuneratória de cargos semelhantes

em outras estatais, claramente mais vantajosa do que a sua por não se sujeitar ao teto constitucional que estabelece como limite o subsídio dos ministros do STF, decidiu solicitar explicações perante o setor de Recursos Humanos da empresa para a qual trabalha, alegando que a diferença entre o seu salário, financiado pelo governo do seu estado, e os dos demais empregados públicos era injusta, frente à similaridade de funções desempenhadas.

Em resposta, o setor de RH deve esclarecer que:

a) Todas as entidades da Administração Pública, sejam elas de direito público ou privado, estão sujeitas aos limites remuneratórios constitucionalmente estabelecidos. Dessa forma, as referidas empresas estatais que serviram de comparação, ao exceder o teto geral, certamente encontram-se em situação de flagrante inconstitucionalidade.

b) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Téclito trabalha se justifica em face da ausência de parcelas indenizatórias na composição de sua remuneração, que é a única exceção admitida à regra de obediência ao teto constitucional.

c) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Téclito trabalha se justifica em face da composição do capital das empresas públicas em geral, que é exclusivamente público e, por esse motivo, sujeita tais empresas às mesmas regras e padrões remuneratórios da administração direta.

d) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Téclito trabalha se justifica em face da inexistência de disposição específica na Constituição do Estado Y, autorizando que o referido limite seja excedido.

e) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Téclito trabalha se justifica em face da manutenção das despesas com pessoal da entidade que, no caso, é feita com recursos próprios do estado que a criou.

32. Judith, de 22 anos, nasceu em Portugal e há 18 meses se mudou para o Brasil, país pelo qual se apaixonou e no qual passou a se envolver em causas humanitárias e a ganhar notoriedade e boa reputação. Após ter se estabelecido definitivamente no município de Passo Alegre, localizado no estado Beta, e adquirir a nacionalidade brasileira, o nome de

Judith passou a ser recomendado no meio político como potencial candidata a cargos eletivos, momento em que também começou a receber inúmeros convites para se filiar a diversos partidos.

Analisando a situação hipotética sob a ótica dos direitos políticos e de nacionalidade expressos na CF/88, Judith:

a) Nas próximas eleições para governador, poderá se candidatar ao cargo em qualquer estado da federação, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.

b) Somente poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República quando completar 35 anos de idade.

c) Nas próximas eleições municipais poderá se candidatar, exclusivamente, ao cargo de vereador, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.

d) Nas próximas eleições não poderá se candidatar, em hipótese alguma, ao cargo de governador.

e) Nas próximas eleições municipais, caso proceda à filiação partidária em tempo hábil, poderá se candidatar ao cargo de prefeita de municípios localizados no território do estado Beta, somente.

33. Odair Bessias, Presidente da República, durante encontro familiar ocorrido na casa de parentes próximos, trava intensa discussão sobre futebol com um antigo desafeto, Alan. No calor da situação, Alan, após consumir uma boa quantidade de bebida alcoólica, resolve atacar Odair, tentando atingi-lo com um bastão de ferro. Odair, então, saca sua arma de fogo e, sem pestanejar, efetua disparos contra o agressor que, felizmente, tem somente o braço atingido.

Sobre as possíveis consequências que o acontecimento teria para sua imagem e para o exercício da presidência, é correto afirmar que, conforme o que estabelece a CF/88:

a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

b) O Presidente será processado criminalmente somente após o término do mandato.

c) Se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente ficará suspenso de suas funções durante 180 dias.

d) Devido à imunidade formal processual, o presidente não poderá ser responsabilizado.

e) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

34. Em razão de suspeitas de desvios ocorridos em processo licitatório, foi instaurada uma CPI no âmbito da Assembleia Legislativa de determinado estado. Com o objetivo de apurar os fatos, foram adotadas as seguintes medidas: (I) a convocação do governador do estado, para depor; (II) a convocação de servidor público estadual para depor; (III) a interceptação telefônica de servidor público estadual; (IV) a quebra de sigilo bancário dos envolvidos.

À luz da jurisprudência do STF e da sistemática estabelecida na CF/88, pode-se dizer que são admitidas as seguintes medidas:

- a) II e IV apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV, apenas.

35. Em relação à repartição de competências estabelecida na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Aos municípios foi atribuída, constitucionalmente, competência legislativa concorrente, já que estão autorizados a suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
- b) Na organização de distritos, o Município deve observar a legislação federal.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre energia, porém a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica é matéria que se insere no âmbito da competência administrativa, atribuída a todos os entes federados, em razão do princípio da predominância do interesse.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, tributário e do trabalho.
- e) Legislar sobre seguridade social é competência privativa da União, porém legislar sobre previdência social insere-se no âmbito da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

36. Raquel Ford, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Y, ao tomar conhecimento do cometimento de determinada infração penal, ordenou a Deltan Delatol, Promotor de Justiça Estadual, que ajuizasse a correspondente ação penal no prazo legal. Diante da recusa de Deltan Delatol, Raquel Ford decide denunciá-lo perante o Conselho Nacional do Ministério Público, por insubordinação. À luz das disposições constitucionais atinentes ao Ministério Público, pode-se dizer que:

- a) Assiste razão a Raquel, uma vez que o Ministério Público Estadual deve ser visto como instituição única e chefiada pela atual Procuradora-Geral de Justiça, não havendo espaço para posicionamentos pessoais que ferem o princípio institucional da unidade.
- b) Assiste razão a Delatol, uma vez que, em nome do princípio do promotor natural, não há qualquer hierarquia no âmbito da atuação administrativa e funcional do órgão.
- c) Assiste razão a Raquel, uma vez que, em nome do princípio da indivisibilidade, a atuação dos Promotores de Justiça restringe-se à expressão da vontade da instituição, materializada no exercício das funções de seus membros.
- d) Assiste razão a Delatol, uma vez que os Membros do Ministério Público possuem plena autonomia funcional, não estando subordinados, no exercício de seu mister, a nenhuma espécie de poder hierárquico.
- e) Delatol poderá vir a perder o cargo, com base na alegação de grave insubordinação presente no caso em tela, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. O Código de Processo Civil, ao versar sobre a competência, estabelece situações gerais e específicas. Em relação às especificidades, assinale a alternativa correta:

- a) Em uma ação de divórcio, será competente o foro de domicílio do guardião do filho incapaz ou do último domicílio do casal, cabendo a escolha ao autor.

- b) Será competente o foro de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar em uma ação de dissolução de união estável.
- c) Na ação de alimentos, será competente o foro de domicílio ou residência da mãe.
- d) A ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos deverá ser proposta no local do fato, cujo juízo terá competência absoluta.
- e) A ação que exige o cumprimento de obrigação deve ser ajuizada no foro do domicílio do credor da obrigação.

38. A competência relativa poderá modificar-se pela conexão e pela continência. Com base no Código de Processo Civil, é correto que:

- a) Há conexão entre ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir e, nesse caso, os processos serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- b) A conexão é aplicável às execuções fundadas no mesmo título executivo judicial, mas não abarca a execução de títulos extrajudiciais.
- c) Quando houver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, os processos serão reunidos para julgamento conjunto, desde que haja conexão entre eles.
- d) A continência caracteriza-se pela identidade de partes, causa de pedir e pedido.
- e) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, esta será julgada primeiramente e, se necessário, a ação contida será julgada em seguida.

39. Sobre a modificação da competência, é correto que:

- a) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas conforme a ordem cronológica de conclusão.
- b) O despacho que determina a citação do réu torna prevento o juízo.
- c) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento abarcará apenas a área submetida à sua jurisdição.
- d) A ação possessória será proposta no juízo competente para a ação principal.
- e) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a

competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.

40. São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- a) expor os fatos em juízo conforme a verdade, desde que isso não contrarie os interesses da parte.
- b) formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- c) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- d) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, salvo as de natureza provisória, e não criar embaraços à sua efetivação.
- e) declinar, a qualquer momento, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

41. A Defensoria Pública desempenha papel central na defesa dos direitos e proteção daqueles que dela necessitam. O Código de Processo Civil prevê que:

- a) A Defensoria Pública sempre gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) Os prazos da Defensoria Pública têm início com a intimação pessoal do defensor.
- c) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em primeiro grau apenas, de forma integral e gratuita.
- d) Os escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito, embora auxiliem a Defensoria Pública na defesa de interesses dos mais necessitados, não gozam do benefício do prazo em dobro.
- e) Não há que se falar em responsabilização do membro da Defensoria Pública quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções, apenas quando verificada a fraude.

42. Assinale a alternativa correta em relação aos pronunciamentos do juiz:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em despachos, decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos.

- b) A sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com ou sem resolução do mérito, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum. A execução, por sua vez, é extinta por decisão interlocutória.
- c) Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial que decide questão incidente, sem adentrar no mérito da causa.
- d) Os despachos são pronunciamentos do juiz praticados sempre de ofício.
- e) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

43. Sobre o tempo dos atos processuais, pode-se afirmar:

- a) Não se praticarão atos processuais durante as férias forenses e nos feriados.
- b) Os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos serão suspensos durante as férias forenses.
- c) O oficial de justiça poderá realizar citações, intimações e penhoras, independentemente de autorização judicial, durante as férias forenses e nos feriados.
- d) A ação de alimentos não será suspensa durante as férias forenses, mas a nomeação ou remoção de tutor e curador deverá sê-lo.
- e) De acordo com o Código de Processo Civil, serão feriados apenas aqueles declarados em lei e os dias em que não haja expediente forense.

44. O Código de Processo Civil disciplina os recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça e prevê:

- a) Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal quando denegatória a decisão em mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores.
- b) Quando denegatória a decisão em mandado de injunção decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, caberá recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- c) Será hipótese de cabimento de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça quando denegatória a decisão em os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais

regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

d) Os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País serão julgados originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

e) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais realizarão juízo de admissibilidade recursal antes de remeter os autos ao respectivo tribunal superior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

45. Foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias de suposto crime de homicídio doloso consumado praticado por José, policial civil da PCERJ, quando do cumprimento de mandado de prisão. Segundo consta, José e sua equipe teriam sido recebidos a tiros por infratores do local e revidaram, motivo pelo qual José acabou atingindo fatalmente um dos infratores.

Nesse caso:

- a) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 24h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCERJ para que essa, no prazo de 24h, indique defensor para a representação do investigado.
- b) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCERJ para que essa, no prazo de 48h, indique defensor para a representação do investigado.
- c) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá prosseguir com a investigação, sem necessidade de intimação da PCERJ.

d) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 24h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá prosseguir com a investigação, sem necessidade de intimação da PCERJ.

e) o investigado não deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, embora tenha direito de constituir defensor.

46. Maria foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Romualdo. Antes mesmo de ajuizar queixa-crime, Maria perdoou Romualdo, motivo pelo qual não ajuizou queixa-crime, abrindo mão de tal direito; Tânia foi vítima de crime de ação penal privada praticado por José. Nove meses após ter descoberto a autoria delitiva, Tânia ainda não havia ajuizado queixa-crime.

Nesse caso, é correto afirmar que houve, nos casos de Maria e Tânia, respectivamente:

- a) renúncia e perdão do ofendido
- b) renúncia e decadência
- c) perdão do ofendido e decadência
- d) perdão do ofendido e renúncia tácita
- e) perdão do ofendido, em ambos os casos

47. Foi instaurado inquérito policial para apurar suposta prática do crime de latrocínio (roubo qualificado pela morte), praticado em tese por José contra Pedro. No curso das investigações, foi decretada a prisão preventiva de José, pelo Juiz, a pedido do Ministério Público, tendo sido o mandado de prisão efetivamente cumprido.

Nesse caso, o inquérito policial deverá ser concluído em:

- a) 10 dias, a contar da instauração do inquérito policial
- b) 30 dias, a contar da instauração do inquérito policial
- c) 10 dias, a contar da data da decretação da prisão preventiva
- d) 30 dias, a contar da data da decretação da prisão preventiva
- e) 10 dias, a contar da data em que foi executada a ordem de prisão preventiva

48. Sérgio foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável (pena: reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos), tendo sido citado pessoalmente. Decorrido o prazo legal, Sérgio não apresentou resposta à acusação.

Nesse caso, deverá o magistrado:

- a) nomear defensor para oferecer resposta em favor do acusado, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.
- b) nomear defensor para oferecer resposta em favor do acusado, concedendo-lhe vista dos autos por 15 (quinze) dias.
- c) suspender o processo, mas não o curso da prescrição
- d) suspender o processo e o curso do prazo prescricional
- e) dar seguimento ao processo, sem nomeação de defensor

49. Analise as hipóteses a seguir:

I – José é pai e único responsável por um menino de 05 anos de idade, e responde a processo criminal pela prática do crime de roubo majorado, tendo sido decretada sua prisão preventiva.

II – Mariana responde a processo criminal pela prática do crime de homicídio doloso consumado, tendo sido decretada sua prisão preventiva. Mariana, porém, é portadora de doença grave.

III – Filomena, 81 anos, é investigada em inquérito policial pela suposta prática do crime de lavagem de capitais, tendo sido decretada sua prisão preventiva. Nesse caso, será cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar APENAS nos casos indicados em:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) III

50. Marcelo foi preso em flagrante por policiais militares do 41º BPM (Irajá) quando transportava, para fins de comércio, 320 pinos de cocaína, que seriam levados para a comunidade Alto Independência, em Petrópolis-RJ. Com o infrator os

policiais apreenderam, além da droga, R\$ 560,00 em dinheiro.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) flagrante próprio, e somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança
- b) flagrante próprio, mas a autoridade policial poderá arbitrar fiança
- c) flagrante próprio, mas não será cabível fiança, embora seja cabível a concessão de liberdade provisória sem fiança
- d) flagrante próprio, não sendo cabível fiança nem liberdade provisória
- e) flagrante impróprio, não sendo cabível fiança nem liberdade provisória

51. Acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz, fundamentadamente, condenará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) A sentença de impronúncia faz coisa julgada material, impedindo o ajuizamento de nova ação penal relativa ao mesmo fato, ainda que baseada em novas provas
- c) O desaforamento pode ser determinado por requerimento da defesa, mas não por representação do Juiz
- d) Durante o julgamento em plenário não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte
- e) Quanto à organização da pauta, terão preferência os acusados presos e, entre estes, aqueles que forem mais idosos.

52. Marcelina foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por Tiago. Por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, as partes compareceram à audiência preliminar, oportunidade em que houve a composição civil dos danos, tendo Tiago se comprometido a indenizar a vítima em R\$ 5.000,00. O Juízo, então, homologou o acordo por sentença.

Nesse caso:

- a) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado
- b) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado
- c) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente
- d) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente
- e) o acordo celebrado não gera renúncia ao direito de representação

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Considere

I –proposição de projetos de normas.

II - indicação, feita pelo Presidente, de servidor do Tribunal, bacharel em Direito, para provimento de cargo em comissão de Secretário-Chefe da Secretaria Geral

III – permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição

IV - assuntos de ordem externa, mediante convocação especial do Presidente, para esse fim, por iniciativa própria ou a requerimento de um ou mais Desembargadores

V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV

- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, II, III e V

54. Joselito sofreu punição disciplinar aplicada por Yori Ashi, Juiz de direito titular do ofício de justiça em que é lotado. Joselito acredita que foi injusta a aplicação e deseja recorrer. Segundo a consolidação normativa judicial, quem apreciará o recurso?

- a) Juiz Diretor do Fórum
- b) Conselho da Magistratura
- c) Presidente do Tribunal de Justiça
- d) Corregedor-Geral de Justiça
- e) 1º Vice-Presidente do Tribunal

55. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome que se dá ao instrumento que estabelece comunicação exclusivamente externa, com agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, podendo conter solicitações, recomendações ou informações

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

56. Jezabel atuava como Juíza Auxiliar da Corregedoria e precisava expor manifestação jurídica sobre matéria versada em processo administrativo. Segundo a Consolidação Normativa, Jezabel precisa expedir

- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

57. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Revisional de Benefício (INSS) será autua pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Nenhuma das alternativas

58. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a capa cinza é utilizada para a autuação de

- a) Procedimento de Jurisdição Voluntária da Infância e da Juventude
- b) Ação de Alimentos
- c) Execução de Alimentos
- d) Ações do Juizado Especial Criminal
- e) Consignação em Pagamento

59. Daniel Winchester citou Lucio Crouler em um processo originário do primeiro juizado da Capital. Em razão do ato praticado, podemos afirmar que Daniel é

- a) Chefe de Serventia
- b) Oficial de Justiça Avaliador
- c) Técnico Judiciário
- d) Juiz de Direito
- e) Auxiliar da Justiça

60. Um advogado, para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro será nomeado pelo

- a) presidente da República, entre três advogados escolhidos pelo Tribunal Pleno do TJ-RJ
- b) governador do Rio, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ.
- c) governador do estado do Rio, entre três advogados indicados pelo plenário do TJ-RJ
- d) presidente do TRE/RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ
- e) presidente do TJ-RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-06-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>